



Número: **0814650-75.2019.8.15.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**

Órgão julgador: **2º Juizado Especial Cível da Capital**

Última distribuição : **02/04/2019**

Valor da causa: **R\$ 12.656,25**

Assuntos: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
DEIBIS ALFREDO YAPUARE BARRETO (AUTOR)		JOSEANE ELLEN DE MELO FELICIANO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
20248104	02/04/2019 16:06	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
20248634	02/04/2019 16:06	<a href="#">img20190402 15564917</a>	Outros Documentos
20248709	02/04/2019 16:06	<a href="#">img20190402 15573211</a>	Outros Documentos
20248732	02/04/2019 16:06	<a href="#">img20190402 15581900</a>	Outros Documentos
20248760	02/04/2019 16:06	<a href="#">img20190402 15590374</a>	Outros Documentos
20248905	02/04/2019 16:06	<a href="#">img20190402 16041552</a>	Outros Documentos
20572393	15/04/2019 17:23	<a href="#">Carta</a>	Carta
20572396	15/04/2019 17:23	<a href="#">Mandado</a>	Mandado

**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA COMARCA DE JOÃO PESSOA/PB**

**DEIBIS ALFREDO YAPUARE BARRETO, CPF nº 716.078.354-95, Nacionalidade Venezuelana, Solteiro, Pedreiro, Residente e Domiciliado na Rua Josemar Rodrigues de Carvalho, nº 493, apt 303, Jardim Oceania, João Pessoa/PB**, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, por meio de sua procuradora signatária, conforme instrumento em anexo, mover a presente:

**Ação De Cobrança DA DIFERENÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT**

Em face da LÍDER SEGURADORA DOS CONSORCIOS DPVAT, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 09.248.608/0001-04, situada na Rua Senador Dantas, 74, 5º andar, CEP 20031-205, Rio de Janeiro-RJ, onde deverá ser citada na pessoa de seu representante legal para, querendo, responder aos termos da presente demanda, sob pena de revelia e confissão pelos motivos fáticos e jurídicos a seguir:

**DA JUSTIÇA GRATUITA**

Em virtude da situação Promovente de não poder arcar com as custas, emolumentos e demais despesas processuais e, por preencher os requisitos legais então previstos, a mesma requer, desde já, os benefícios da Justiça Gratuita, nos termos do Inciso XXXIV, do Art. 5º, da Constituição Federal, e das Leis nº 5.584/70 e 1.060/50, com a redação que lhe deu a Lei nº 7.510/86.

**I – DOS FATOS**

O Autor foi vítima de acidente de trânsito em **13/10/2017, Ladeira do Cuiá - João Pessoa-PB**, sofrendo lesões corporais, conforme Boletim de Ocorrência em anexo, da Polícia Civil.

Desse sinistro, restaram lesões preocupantes no Autor, tais como: **Fratura Diafisária de Úmero Direito, conforme laudo médico acostado a exordial.**

**Acontece que a parte autora recebeu administrativamente o valor R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos), conforme demonstrativo de pagamento da Seguradora Líder em anexo datado em 13/08/2018.**

Destarte, o valor recebido é inferior ao que a parte autora tem direito, tendo em vista, que a redução funcional dos membros supra mencionados corresponde ao valor do teto correspondente a R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), conforme relatórios médicos acostado em anexo.

-

**II- DO DIREITO**

O próprio nome do Seguro **DPVAT** é esclarecedor: Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre. Isso significa que o **DPVAT** é um seguro que indeniza vítimas de acidentes causadas por veículos que têm motor próprio (automotores) e circulam por terra ou por asfalto.

O Seguro Obrigatório **DPVAT** foi criado pela Lei nº 6.194/74, com o objetivo de garantir às vítimas de acidentes causados por veículos, ou por suas cargas, indenizações em caso de morte e invalidez permanente, e o reembolso de despesas médicas.



As indenizações do **DPVAT** são obrigatórias porque foi criado por lei, em 1974. Essa lei determina que todos os veículos automotores de via terrestre, sem exceção, paguem o seguro. A obrigatoriedade do pagamento garante às vítimas de acidentes com veículos o recebimento de indenizações.

Tendo em vista as previsões legais da Lei nº 6.194/74, alterada pela Lei nº 11482/2007 Artigo 8º, que criou o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causadores por Veículos Automotores de Vias Terrestres (**DPVAT**), o **Autor faz jus à indenização financeira pelas seqüelas decorrentes do acidente de trânsito**, ou seja, **da invalidez permanente**, conforme atesta os documentos médicos em apenso, no valor estabelecido conforme o art. 3º, inciso II e III, *in verbis*:

*“Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no Artigo 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:*

*I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;*

*II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;*

*III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.”*

Apenas a título ilustrativo, cabe aludir que se considera invalidez **a perda ou redução da funcionalidade de um membro ou órgão**. Essa perda ou redução é indenizada pelo Seguro **DPVAT** quando resulta de um **acidente causado por veículo** e é **permanente**, ou seja, quando a recuperação ou reabilitação da área afetada é dada como inviável.

A invalidez é considerada permanentemente quando a funcionalidade do órgão ou membro é afetada **integralmente ou em parte**.

A parte autora, através de seu procurador, munira-se de todos os documentos exigidos pela legislação susomencionada, tais como laudo médico dos danos físicos que acometem e o registro de ocorrência no órgão policial competente, estritamente de acordo com o art. 5º, conforme segue:

*“Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.”*

Assim, instruído de todos os documentos hábeis à sua pretensão, têm o requerente direito à indenização. Dessa forma, o Autor busca junto aos braços do Poder Judiciário o reconhecimento de sua justa indenização.

Ademais, a matéria resta exaustivamente analisada e pacificada:

**“APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. DPVAT. INDENIZAÇÃO CORRESPONDENTE A VALOR CERTO E DETERMINADO - TARIFADO EM LEI PARA OS CASOS DE INVALIDEZ PERMANENTE. MEDIDA PROVISÓRIA 340/2006. PAGAMENTO PARCIAL.**

**COMPLEMENTAÇÃO DO VALOR DEVIDO.** 1. Não há que se falar em graduar a invalidez permanente com base na Resolução n.º 1/75 de 03/10/75, editada pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, pois, em se tratando de norma regulamentar, não pode esta dispor de modo diverso da Lei n.º 6.194/74, de hierarquia superior. 2. A percepção dos valores referentes ao seguro **DPVAT** na esfera administrativa a título de liquidação de sinistro não importa em abdicar do direito de receber indenização tarifada, havendo saldo a ser satisfeito, resultante da diferença entre o valor recebido e aquele efetivamente devido em face do previsto em lei. 3. A parte autora possui direito à complementação do valor da indenização tarifado em R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), devendo ser abatido o valor atinente ao pagamento parcial efetuado na esfera administrativa, montante este que deve ser corrigido monetariamente pelo IGP-M, a contar daquele termo, acrescidos de juros moratórios a partir



da citação. 4. Honorários advocatícios. Majoração para 15% do valor da condenação.” **Dado parcial provimento aos recursos.** (Apelação Cível Nº 70028013035, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Luiz Lopes do Canto, Julgado em 21/01/2009).

Nota-se claramente que a lei foi criada para a indenização de vítimas de acidentes de trânsito, tudo nos termos da Lei nº 6.194/74, com a redação dada pela Lei nº 8.441/92.

*Ex positis*, conclui-se que é suficiente, portanto, a apresentação do laudo médico e o registro da ocorrência no órgão policial, para o devido pagamento da indenização, sendo abusiva qualquer outra exigência fora dos itens supracitados.

Ademais, não há que se falar em graduar a invalidez com base na Resolução nº 1/75 de 03/10/75, editado pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP e em Medida Provisória, pois em se tratando de norma regulamentar não pode dispor de modo diverso da Lei nº 6.194/74, de hierarquia superior, de sorte que é incabível a limitação da indenização com base na resolução precitada. Nesse sentido são os arestos a seguir transcritos:

**“SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE.** Preliminar de carência de ação, por falta de interesse processual afastada. A quitação dada pelo autor não tem o condão de obstar o direito de cobrar a diferença entre o valor efetivamente indenizado e o previsto na Lei nº 6.194/74. Conforme o art. 5º da Lei nº 6.194/74, com a redação anterior à Lei 11.482/2007, o pagamento da indenização está condicionado apenas à prova do acidente e do dano decorrente. Outrossim, comprovada a invalidez permanente, o valor da indenização deve corresponder a até 40 vezes o salário mínimo vigente na época da liquidação do sinistro, porquanto a alínea `b do art. 3º da Lei nº 6.194/74 não faz diferenciação quanto ao grau da invalidez. Fixação da indenização em salários mínimos como critério de cálculo”. Apelação desprovida. (Apelação Cível Nº 70023264666, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Leo Lima, Julgado em 21/03/2009)

**Frisa-se que, em se tratando de seguro pessoal, não se pode investigar quanto à proporção do prejuízo sofrido, pois a vida ou a redução da capacidade produtiva não é passível de perfeita estimativa econômica, consoante estabelece o Artigo 789 do novel Código Civil o que atentaria ao princípio da dignidade humana.**

:

**SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. VALOR DA INDENIZAÇÃO. FIXAÇÃO EM SALÁRIOS MÍNIMOS. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA.** 1. A pretensão do beneficiário que busca a complementação do seguro DPVAT, nasce no momento do pagamento a menor. Prescrição afastada de ofício. 2. Existe lei específica que regula o Seguro Obrigatório, estipulando o valor de até 40 (quarenta) salários mínimos para indenizações no caso de invalidez permanente. 3. O Conselho Nacional de Seguros Privados não é competente nem para alterar os valores estipulados em lei ordinária, nem para estabelecer uma diferenciação de graduação de invalidez permanente que a Lei nº 6.194/1974 não estabelece. A quitação não tem o efeito extinguir o direito dos beneficiários de indenização paga a menor de virem a juízo reclamar a diferença que lhes é devida. 4. O artigo 3º, da Lei 6.194/74 não utilizou o salário mínimo como fator de atualização da moeda, pois, limitou-se a quantificar a indenização. APELO PROVIDO (Apelação Cível Nº 70020438214, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Paulo Sérgio Scarparo, Julgado em 29/08/2008)

**“SEGURO DPVAT. INVALIDEZ. QUITAÇÃO DO VALOR RECEBIDO. PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO NOS LIMITES DA TABELA DO CNSP. VINCULAÇÃO DO VALOR AO SALÁRIO MÍNIMO. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA.** A renúncia só se opera quanto aos valores já recebidos, não atingindo a diferença a que ainda tem direito o autor. Não há falar em prescrição, que, no caso, se houvesse, deveria contar da data do pagamento parcial, uma vez que foi quando o autor teve ciência do resultado do processo administrativo, passando a ter direito à complementação postulada. É de 40 salários mínimos o valor da indenização para o evento invalidez, segundo o artigo 3º, letra a da Lei nº 6.194/74. A Lei nº 6.194/74, alterada pela Lei nº 8.441/92, é o único texto legal que confere competência



para fixação dos valores das indenizações do seguro obrigatório, não havendo autorização legal que legitime as Resoluções do CNPS ou de qualquer outro órgão do Sistema Nacional de Seguros Privados para fixar ou alterar os valores indenizatórios cobertos pelo seguro obrigatório sobre danos pessoais causados por *veículos automotores. Juros de mora de 1% ao mês, a contar da citação*". *Preliminares rejeitadas. Apelo provido, em parte. (Apelação Cível Nº 70020452140, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Umberto Guaspari Sudbrack, Julgado em 01/08/2007).*

Destaca-se então o grau de reduções das funcionalidades do Autor, tendo em vista os inúmeros ferimentos, sendo lesões preocupantes no Autor, tais como: **Fratura Diafisária de Úmero Direito, conforme laudo médico acostado a exordial**, tornando-se evidente assim o impossibilidade de voltar ao serviço, uma vez que permanece debilitado.

Destarte, não há falar em aplicação de limitadores no valor da indenização, estabelecidos mediante gradação de invalidez permanente, arbitrados em normas de hierarquia inferior, pois não é dado à Resolução restringir benefício se a lei ordinária regulamentada não o fez. Atende-se. Com tal entendimento, a interpretação história da norma legal, valorando o verdadeiro e original espírito da lei, segundo almejado na "*mens legislatoris*", bem assim a hermenêutica sistemática do dispositivo legal em análise, adequando-o aos princípios da [Constituição Federal](#).

Tendo em vista todo o exposto, bem como os laudos médicos periciais colacionados a exordial, entende-se que o valor arbitrado para o [DPVAT](#) merecido pelo Autor não foi o valor que lhe depositaram, restando demonstrado as presentes seqüelas em caráter permanente em que o Autor se encontra.

### III – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer a Vossa Excelência:

- a) A citação da **SEGURADORA LÍDER SEGURADORA DOS CONSORCIOS DPVAT**, por Carta com Aviso de Recebimento, no endereço declinado no preâmbulo, para contestar a presente ação, sob pena de revelia quanto ao fatos alegados, devendo acompanhar o processo até a sentença final;
- b) A condenação da Requerida ao pagamento da diferença do Seguro [DPVAT](#) a parte Autora, no valor de **R\$ 12.656,25(doze mil cento e seiscentos e cinquenta e seis reais e vinte cinco centavos)**, conforme previsto pela Lei nº 6.194/73, corrigidos desde a data do pagamento administrativo e juros de 1% ao mês desde a citação;
- c) A condenação da Requerida em custas e honorários advocatícios em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação;
- d) A produção de todos os meios de prova em direito admitidas, especialmente, a prova testemunhal, prova documental e perícia médica;
- e) A concessão do benefício de Gratuidade de Justiça, nos moldes das Leis nº. 5.584/70 e 1.060/50, com a redação que lhe deu a Lei nº 7.510/86, eis que o Autor, não tem possibilidade de arcar com as custas do presente feito e com seus ônus sucumbenciais, sem prejudicar seu próprio sustento e de sua família, conforme declaração de hipossuficiência em anexo;
- f) Ao final a total procedência da presente demanda, para o pagamento da diferença do seguro devido ao Autor.

Dá-se a causa o valor **R\$ 12.656,25(doze mil cento e seiscentos e cinquenta e seis reais e vinte cinco centavos)**,

Espera Deferimento.



**Sapé-PB, 29/03/2019**

**JOSEANE FELICIANO**

**OAB/PB 13.030**






09 JUL 2018

14-000-2018 13:35 015983 1/1

350100000 LIGADO DEVIDO

 <p><b>CAGEPA</b> Companhia de Água e Esgoto de Curitiba - PARANÁ Rua Feliciano Chini, 220 - Jaguaribe - João Pinheiro - PR CNPJ 06.915.570 - CEP 81.535-970</p>		<p>DATA DE CONSUMO DE ÁGUA E ESGOTO E SERVIÇOS</p> <p>NOV/2017</p>	
<p>BERNARDO ALVARO GOMES RUA JOSEMAR RODRIGUES DE CARVALHO 493 - APT 303 JARDIM OCEANIA 58037 415</p>			
<p>Inscrição</p> <p>001.42.240.0506</p>		<p>SMI</p> <p>303</p>	
<p>Quantidade de Economias</p> <p>0</p>		<p>Responsável</p> <p>80421318</p>	
<p>Hidrometro</p> <p>14515666</p>		<p>Data de Instalação</p> <p>07/07/2014</p>	
<p>Localização</p> <p>3</p>		<p>LIGADO</p> <p>Situação Água</p>	
<p>Situação Esgoto</p> <p>FACTIVEL</p>			

<p>PARÂMETROS EXIG. ANALIS. CONFORMES</p>	
01/2017	20
JUN/2017	17
JUL/2017	14
AGO/2017	16
SET/2017	16
OUT/2017	19
NOV/2017	17
<p>COL. TOTALS 265</p>	
<p>COL. TERMOT 0</p>	
<p>CON. 91</p>	
<p>CLORO 278</p>	
<p>TURBIDEZ 277</p>	
<p>DADOS REFERENTES A: SET/2017</p>	

<p>DATA DA LEITURA: 06/11/2017</p>	
<p>HORA DA LEITURA: 13:17:32</p>	
<p>CONSUMO VL. ÁGUA VL. ESGOTO TOTAL (R\$)</p>	
RESIDENCIAL CONSUMO ATE 10m	36,84
DE 11m A 20m	47,50
TOTALS	84,34
<p>47-JUROS DE MORA</p>	
<p>50-ACRESCIMOS MES(ES) ANT.</p>	
<p>R\$ 21,23</p>	
<p>R\$ 2,00</p>	

09 JUL. 2019

14-MAR-2016 10:34 015970 11

SEGURO LITER ORAT





25 JUL 2019

**ATENÇÃO:** Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar para: DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO TRABALHO e CONTINUIDADE DE TRATAMENTO

Dr. José de Almeida Braga CRM: 2329/PB	
ALTA HOSPITALAR:	19/10/17
DATA DA EMISSÃO:	28/03/18
Tratamento cirúrgico de fratura diafisária de úmero direito.	
<b>TRATAMENTO:</b>	
Fratura diafisária de úmero direito.	
<b>RESULTADOS DOS EXAMES:</b>	
RX de ombro direito	
RX de braço direito	
<b>EXAMES SOLICITADOS/REALIZADOS:</b>	
Dados extraídos do Prontuário. Paciente foi atendido neste Serviço, vítima de acidente de motocicleta, queixando-se de dor no ombro direito e dor no braço direito. Abdomen sem queixas. Glasgow 15. Presença de fratura diafisária de úmero direito. Internação para cirurgia. Operado e evoluiu bem.	
<b>AValiação Inicial:</b>	
CID 10	S42.3
DIAGNÓSTICO (S)	FRATURA DIAFISÁRIA DE ÚMERO DIREITO
MOTIVO DO ATENDIMENTO	ACIDENTE DE MOTOCICLETA
HORA DO ATENDIMENTO	18:11
DATA DO ATENDIMENTO	13/10/17
BOLETIM DE ENTRADA N.º	1.034.104
PRONTUÁRIO N.º	104.807
<b>DADOS EXTRAÍDOS</b>	
NOME DA MÃE	MARIA MARGARIDA BARRETO RAMIREZ
DATA DE NASCIMENTO	28/02/90
NOME DO PACIENTE	DEIBIS ALFREDO YAPUARE BARRETO
<b>INFORMAÇÕES PESSOAIS</b>	
<b>LAUDO MÉDICO</b>	
GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA DIVISÃO MÉDICA	



**CERTIDÃO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIA**  
**Nº 00173.01.2018.1.00.420**

CERTIFICADO, em razão de meu ofício e a requisição verbal de pessoa interessada, o Registro de Ocorrência Policial Nº 00173.01.2018.1.00.420, cujo teor agora passo a transcrever na íntegra: À(s) 10:41 horas do dia 26 de janeiro de 2018, na cidade de João Pessoa, no estado da Paraíba, e nesta Delegacia Especializada de Acidentes de Veículos da Capital, sob responsabilidade do(a) Delegado(a) de Polícia Civil Alberto Jorge Diniz e Silva, matrícula 1331957, e lavrado por José Saulo Araújo Negreiros, Agente de Investigação, matrícula 1372611, ao final assinado, compareceu **Deibis Alfrado Yapure Barreto**, CPF nº 716.078.354-95, nacionalidade venezuelana, estado civil solteiro(a), identidade de gênero masculino, profissão Pedreiro, filho(a) de Maria Margarita Barreto Ramirez e Glover Rafael Yapure, nascido(a) em 28/02/1990 (27 anos de idade), residente e domiciliado(a) no(a) Rua Josemar Rodrigues de Carvalho, Nº 493, complemento APTO 303, bairro Jardim Oceania, tendo como ponto de referência Jardim Oceania, na cidade de João Pessoa/PB, telefone(s) para contato (83) 98146-7210.

**Dados do(s) Fatos:**

Local: Ubrajara dos Santos Lima, Ladeira do Cuiá, João Pessoa/PB, bairro Cuiá; Tipo do Local: via/local de acesso público (rua, praça, etc); Data/Hora: 13/10/17 17:25h. Tipificação: em tese, capitulada no(s) **LEI 9.503/97 ART. 303: LESÃO CORPORAL NO TRÂNSITO.**

Local: Ubrajara dos Santos Lima, Ladeira do Cuiá, João Pessoa/PB, bairro Cuiá; Tipo do Local: via/local de acesso público (rua, praça, etc); Data/Hora: 13/10/17 17:25h. Tipificação: em tese, capitulada no(s) **LEI 9.503/97 ART. 303: LESÃO CORPORAL NO TRÂNSITO.**

**E NOTIFICOU O SEQUINTE:**

QUE, segundo o notificante, no dia 13/10/2017, por volta das 17:25 horas, transitava na rua: Ubrajara dos Santos Lima, cuia, nesta capital PB, com o veículo, tipo motocicleta, marca e modelo: HONDA/C G 125/FAN ES ano e modelo: 2013/2014, vermelha de placa: EWF 9632/PB, chassi nº 9C2JC4120ER013438, registrado em nome de Manoel Fernando Restrepo Castano, CPF nº 713.614.454-90, C N H - registro nº 06959116620; QUE segundo o notificante ao chegar no endereço acima citado, vinha na principal e um veículo não identificado pelo notificante, não sabendo informar marca e modelo, nem o condutor do mesmo; QUE, colidiu no veículo que o notificante conduzia e se evadiu, que devido ao fato o mesmo veio ao solo, sendo socorrido pelo SAMU, conforme declaração, protocolo : 1850589, datado de 29/12/2017. Não quer representar criminalmente. Sendo o que havia a constar, cientificado(a) o(a) declarante das implicações legais contidas no Artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lida e achada conforme, expexo a presente Certidão. A referida é verdade. Dou fé.

João Pessoa/PB, 26 de janeiro de 2018.

**DEIBIS ALFRADO YAPURE BARRETO**  
Notificante

**JOSE SAULO ARAUJO NEGREIROS**  
Agente de Investigação

DOCUMENTO ORIGINAL

Procedimento Policial: 00173.01.2018.1.00.420

09 JUL 2018



Número do documento: 19040216043983000000019698108



Poder Judiciário da Paraíba  
2º Juizado Especial Cível da Capital  
Comarca de JOÃO PESSOA

---

Processo nº 0814650-75.2019.8.15.2001

**DESTINATÁRIO(A):** SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A  
R SENADOR DANTAS, 74, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205

**Tipo:** Una Sala: SALA 02 **Data:** 03/07/2019 **Hora:** 16:20

---

**REMETENTE:**

UNIDADE JUDICIÁRIA: 2º Juizado Especial Cível da Capital

AV JOÃO MACHADO, sn, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

---

**PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)**

Processo nº 0814650-75.2019.8.15.2001

AUTOR: DEIBIS ALFREDO YAPUARE BARRETO

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

**CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO**

De ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito do 2º Juizado Especial Cível da Capital, fica Vossa Senhoria devidamente **CITADO(A)** por todos os atos do processo acima mencionado, e intimado para comparecer neste juízo, no endereço supra, à audiência de: **Tipo: Una Sala: SALA 02 Data: 03/07/2019 Hora: 16:20**, ficando advertido(a), desde já, que não comparecimento importará REVELIA, reputando-se verdadeiras as alegações do(a) autor(a) e, em **JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE**, consoante art. 20, da Lei nº 9.099/95 e 355 do Código de Processo Civil, podendo na oportunidade apresentar resposta, oral ou escrita, e produzir provas documentais ou testemunhais, nos termos ao art. 455 do Código de Processo Civil.

JOÃO PESSOA, 15 de abril de 2019

De ordem, ANALISTA/TÉCNICO JUDICIÁRIO

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ E DOCUMENTOS DO PROCESSO ACIMA MENCIONADO ACESSE O LINK:  
<https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO:

**Documentos associados ao processo**

<b>Título</b>	<b>Tipo</b>	<b>Chave de acesso**</b>
Petição Inicial	Petição Inicial	190402160543957000000019697333
img20190402 15564917	Outros Documentos	190402155959503000000019697851
img20190402 15573211	Outros Documentos	190402160106892000000019697924
img20190402 15581900	Outros Documentos	190402160131442000000019697944
img20190402 15590374	Outros Documentos	190402160159204000000019697971
img20190402 16041552	Outros Documentos	190402160439830000000019698108





**2º Juizado Especial Cível da Capital**  
**AV JOÃO MACHADO, sn, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520**  
**()**

Nº do processo: 0814650-75.2019.8.15.2001

Classe: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)

Assunto(s): [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

### **MANDADO DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADO(A)**

O MM JUIZ DE DIREITO DO 2º JEC INTIMA O ADVOGADO DO AUTOR PARA COMPARECER E TRAZER SEU CONSTITUINTE À AUDIÊNCIA UNA (CONCILIAÇÃO E INSTRUÇÃO E JULGAMENTO) DESIGNADA PARA O DIA E HORÁRIO AGENDADO PELO SISTEMA, SOB PENA DE EXTINÇÃO EM CASO DE NÃO COMPARECIMENTO, PODENDO OCORRER A CONDENAÇÃO PARA PAGAMENTO DE CUSTAS PROCESSUAIS.

Advogado: JOSEANE ELLEN DE MELO FELICIANO OAB: PB13030 Endereço: desconhecido

JOÃO PESSOA, em 15 de abril de 2019.

De ordem, SOLANGE DE OLIVEIRA MAIA  
Mat.